

ISSN 000-0000

# BOLETIM DE CONJUNTURA **MERCADO DE TRABALHO** 4º TRIMESTRE DE 2017

Governo do Estado da Bahia

Rui Costa

Secretaria do Planejamento – Seplan

João Leão

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais  
da Bahia – SEI

Eliana Boaventura

Diretoria de Pesquisas – Dipeq

Armando Affonso de Castro Neto

Coordenação Editorial

Armando Affonso de Castro Neto

Luiz Fernando Araújo Lobo

Elaboração Técnica

Armando Affonso de Castro Neto

Ana Maria de Sales Guerreiro

Luana Gabriela da Silva Rodrigues

Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos

Luiz Fernando Araújo Lobo

Guillermo Javier Pedreira Etkin

Coordenação de Biblioteca e Documentação – Cobi  
Normalização

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Coordenação de Disseminação de Informações –  
Codin

Augusto Cezar Pereira Orrico

Coordenação de Produção Editorial

Editoria-geral

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Editoria de Arte e de Estilo

Ludmila Nagamatsu

Editoração

Adir Filho

Projeto Gráfico

Nando Cordeiro

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Av., 435, CAB.

Cep: 41.745-002. Salvador(BA)

Tel.: (71) 3115 4822 / 3115 4786 Fax.: (71) 3116 1781

www.sei.ba.gov.br

sei@sei.ba.gov.br

4º TRIMESTRE DE 2017 **1**

CENÁRIO ECONÔMICO **1**

EMPREGOS FORMAIS **3**

MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA SEGUNDO A PNAD CON-  
TÍNUA **8**

MERCADO DE TRABALHO NA RMS SEGUNDO A PESQUISA DE  
EMPREGO E DESEMPREGO **9**

PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO **11**

Expectativa dos empresários baianos para o emprego **11**

Projeção do emprego formal **12**

APÊNDICE **14**

NOTAS METODOLÓGICAS **19**

Pesquisa de confiança do empresariado baiano **19**

Projeções do mercado de trabalho formal **20**

# 4º TRIMESTRE DE 2017

A recente marcha da retomada segue permeada pela alternância entre avanços e retrocessos. Ao longo de 2017, como já esperado, a recuperação da atividade econômica ocorreu de forma lenta e gradual. Ainda assim, os rastros deixados pelos resultados mais atuais ajudam a crer que o quadro conjuntural adverso possa mesmo ficar para trás. O produto interno bruto, por exemplo, depois de dois anos, exibiu variação positiva em relação ao ano anterior – com a Bahia (0,4%) mostrando desempenho inferior ao do país (1,0%).

O mercado de trabalho, mesmo que de maneira mais morosa, vem repercutindo o que tem ocorrido no ambiente macroeconômico. As análises deste Boletim, debruçadas em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), reconheceram que a recomposição dos principais indicadores desse mercado continua em curso.

Nesse último ano, no contexto do mercado de trabalho baiano, o que aconteceu de concreto para melhor foi que: depois de dois anos seguidos de baixa, o estoque de emprego formal aumentou; o quarto trimestre exibiu a menor perda líquida de postos para o período desde 2013; após quase três anos, em dezembro último, o saldo de empregos com carteira assinada por média móvel de 12 meses voltou a ser positivo; a taxa trimestral de desocupação assumiu uma tendência declinante ao longo do ano, encerrando com o menor valor desde o final de 2015; e, na RMS, o desemprego atingiu, nos últimos seis meses, as menores taxas trimestrais desde o início de 2016.

Alguns resultados, porém, lançam dúvidas a respeito do alcance e da robustez dos avanços. A geração líquida de empregos celetistas no ano, por exemplo, alcançou apenas a categoria dos que receberam até um salário mínimo. Mesmo em queda, a taxa trimestral de desocupação no estado em 2017 terminou com a maior média anual desde o início da série – além de permanecer acima das médias brasileira e nordestina. O pessimismo no meio empresarial baiano, mesmo com a relativa melhora, permanece em patamares moderados. A proporção de empresas com vistas a contratar novos trabalhadores ainda se encontra abaixo da porção daquelas que planejam desligar funcionários. E mais, as projeções do saldo de postos para o início de 2018 apontam para um resultado muito abaixo dos registrados nos tempos áureos.

De qualquer forma, depois de uma turbulência, como a ocorrida entre 2014 e 2016, leva certo tempo para a economia retornar aos níveis pré-crise, ainda mais no que diz respeito ao mercado de trabalho, cujo ajuste segue uma dinâmica própria, com movimentos retardados perante os ciclos econômicos. Enfim, o processo de reabilitação deve prosseguir e amenizar o quadro geral de dificuldades, mas sem permitir qualquer discurso em referência a sua abrangência.

## CENÁRIO ECONÔMICO

Os indicadores macroeconômicos, de uma forma ainda restrita, tem revelado comportamento evolutivo favorável. Na Bahia, dentre as importantes atividades econômicas, os setores de Indústria e de Serviços ainda mantiveram o movimento de recuo no quarto trimestre, mas com

menos intensidade que outrora. Na outra ponta, além do setor agropecuário, que desde o início do ano segue sinalizando uma significativa recuperação, vem despontando o Comércio, com resultados positivos nos últimos seis meses do ano.

Com efeito, conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, relativo ao mês de dezembro, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a estimativa para a safra baiana de grãos de 2017 denota expansão de 40,8% em relação ao volume do ano anterior, quando a produção havia totalizado quase 6,1 milhões de toneladas. A produção física de grãos, assim, deverá fechar o ano com aproximadamente 8,6 milhões de toneladas. Dessa forma, diante da expectativa de elevação de 11,6% da área colhida, a produtividade, entendida como a relação entre produção física e área colhida, deverá aumentar em 26,1%.

Em relação à indústria, segundo informações da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, a produção total baiana, de outubro a dezembro de 2017, recuou em 0,6% frente ao registrado no mesmo intervalo de 2016 – interrompendo a sequência de cinco ocorrências de crescimento nesta base de comparação. O retrocesso no ritmo produtivo do setor ocorreu apenas na indústria de transformação, que diminuiu 1,5%, já que a extrativa, com aumento de 18,7%, emendou o sexto resultado positivo. No ano, por sua vez, a variação continuou sendo negativa para o total da indústria, queda de 1,8%.

O setor de Serviços continuou encolhendo, mas em menor magnitude. Conforme a Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE, o volume de serviços prestados acumulado entre outubro e dezembro de 2017, em relação ao valor observado nos mesmos meses de 2016, exibiu uma queda de 2,3% – segundo recuo sucessivo na comparação interanual por trimestre móvel. No acumulado do ano, a variação continuou negativa, com contração de 4,5%.

Relativamente à atividade comercial, a Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE mostrou uma alteração positiva no volume de vendas do varejo no quarto trimestre de 2017 no confronto interanual, alta de 2,7%. A comparação com o mesmo período de um ano antes, após 29 recuos consecutivos, apontou sexta expansão seguida. No acumulado para o período de janeiro a dezembro, frente a igual período do ano anterior, o indicador continuou indicando variação negativa, um recuo de 0,3%.

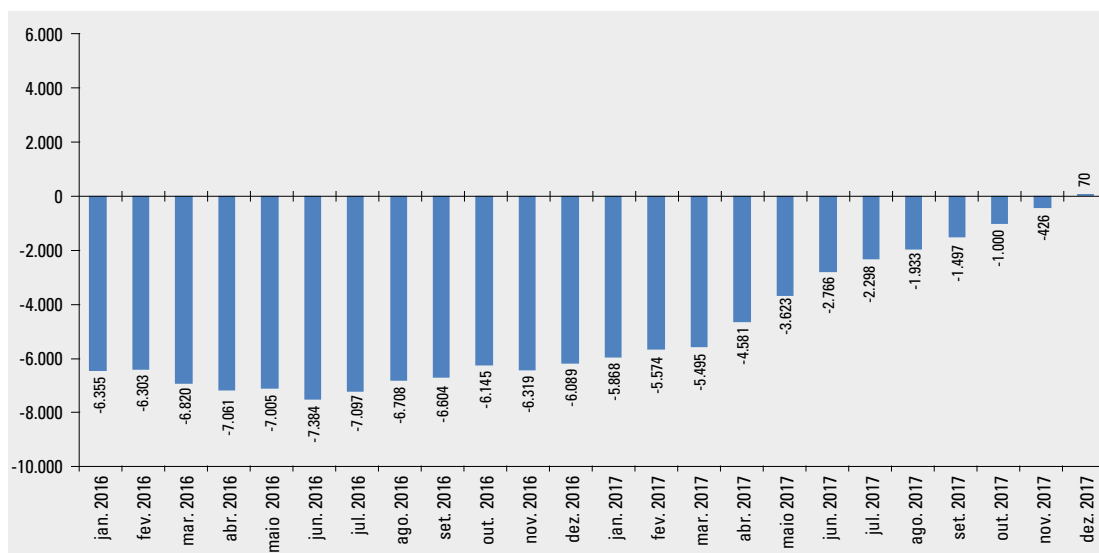
Por fim, quanto ao futuro da economia, o empresariado local ainda manifesta receio. No entanto, com a desconfiança cada vez mais diluída. Segundo o Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (ICEB), calculado pela SEI, o movimento de redução do pessimismo no meio empresarial do estado, observado a partir de abril de 2016, quando o ICEB marcou -488 pontos, mostrou continuidade ao longo do quarto trimestre deste ano – encerrado, por sinal, com o melhor resultado desde fevereiro de 2014. Assim, os últimos indicadores passaram a afiançar a possibilidade de resgate da confiança num curto espaço de tempo, mesmo com o pessimismo se encontrando ainda em patamar moderado (outubro: -87 pontos; novembro: -88 pontos; e dezembro: -60 pontos).



# EMPREGOS FORMAIS

Enquadrado sob a ótica das médias móveis de 12 meses, o saldo de empregos formais voltou a mostrar resultado positivo em dezembro último – fato não observado desde fevereiro de 2015. Assim, após 33 meses em sequência sem geração líquida de oportunidades ocupacionais na Bahia, o ciclo de contração chegou ao seu fim, relegando ao passado os momentos mais críticos – como, por exemplo, a eliminação média de 7.384 postos em junho de 2016, pior resultado na conjuntura recente (Gráfico 1). Apesar de manifesto progresso, o resgate dos tempos áureos ainda requer um dinamismo muito maior do mercado de trabalho local.

Os dados de fluxos do Caged dos últimos dois anos, em termos de médias móveis de 12 meses, eram o prenúncio desse novo momento. Até o surgimento líquido de vagas em dezembro de 2017, o mercado de trabalho baiano vinha exibindo, desde julho de 2016, com exceção de novembro do mesmo ano, arrefecimento no ritmo do corte líquido de vínculos tutelados pela legislação trabalhista. O quarto trimestre de 2017, dessa maneira, ao encerrar com a geração média de 70 postos de trabalho, apenas serviu para alicerçar o discurso de recuperação de empregos com carteira assinada.



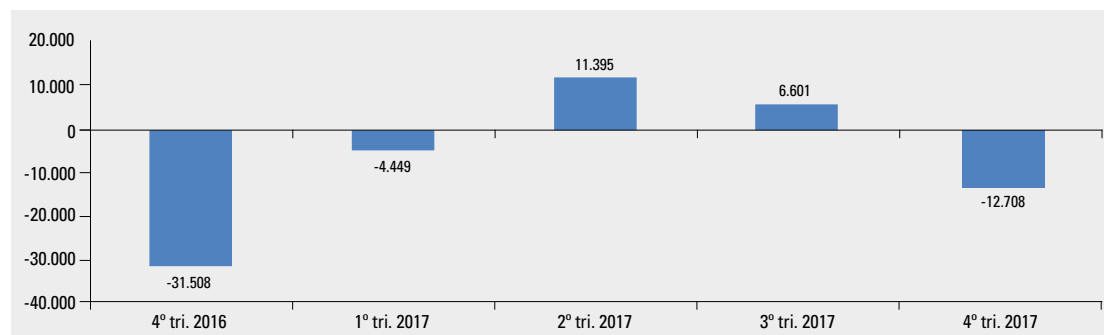
**Gráfico 1**  
**Evolução do saldo de empregos formais por média móvel de doze meses – Bahia – Jan. 2016-dez. 2017**

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2018.

Os últimos três meses erigiram outro quarto trimestre típico na Bahia, pelo menos desde o de 2011. O último trimestre de 2017, assim, foi mais um em que houve recuo da ocupação no estado – nada, no entanto, que insinue a reinauguração do padrão recessivo observado nos dez trimestres entre outubro de 2014 e março de 2017. A perda líquida do trimestre de agora, supressão de 12.708 postos, ficou abaixo da verificada no mesmo intervalo do ano anterior, quando 31.508 postos foram eliminados (Gráfico 2). Dentre os meses do quarto trimestre de 2017, pelo menos um testemunhou ampliação do nível de emprego – o que sequer aconteceu um ano antes. Enquanto o mês de outubro gerou 774 novas vagas, os de novembro e dezembro, por outro lado, apresentaram perda líquida de 1.025 e 12.457 postos de trabalho, respectivamente.

No ano, os resultados negativos do primeiro e do último trimestre não foram suficientes para suplantarem os saldos positivos dos trimestres intermediários, de forma que a geração líquida ao término dos 12 meses não ficou comprometida. Em 2017, de janeiro a dezembro, 839 postos de trabalho foram criados, representando uma elevação de 0,05% no contingente de 1.691.881 empregos com carteira assinada existente ao final de 2016 e indicando o encerramento da sequência de dois anos com saldos negativos.



**Gráfico 2**

**Evolução do saldo de empregos formais por trimestre – Bahia – 4º tri. 2016-4º tri. 2017**

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2018.

Excetuando o saldo do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo.

O encolhimento do mercado de trabalho formal baiano no quarto trimestre de 2017 não ocorreu de forma generalizada, já que em dois dos oito setores econômicos houve surgimento líquido de postos. Nesse aspecto, portanto, a situação também se revelou melhor que a do mesmo trimestre do ano anterior, quando apenas um setor havia aberto mais postos que fechado. Além disso, mesmo com declínio do nível de ocupação em seis dos setores no trimestre, quase todos exibiram, agora, um desempenho melhor comparativamente ao de um ano antes – as exceções ficaram por conta das atividades de Indústria de Transformação e de Agropecuária. No trimestre imediatamente antecedente, por outro lado, chegou a cinco o número de setores com saldo positivo de empregos celetistas.

Em uma avaliação setorial, Comércio e Serviços Industriais de Utilidade Pública, com geração líquida de 4.856 e três postos de trabalho no quarto trimestre de 2017, respectivamente, destacaram-se como os únicos desempenhos positivos. Em contrapartida, conforme se pode acompanhar pela Tabela 1, os setores de Agropecuária (-5.944 postos) e de Construção Civil (-5.079 postos) foram os de maior dispensa líquida de trabalhadores no trimestre.

**Tabela 1**

**Comportamento do mercado de trabalho formal por setor de atividade econômica em termos de saldo, por trimestre – Bahia – 4º tri. 2016/3º tri. 2017/4º tri. 2017**

Sector de atividade econômica	4º tri. 2016	3º tri. 2017	4º tri. 2017
Extrativa Mineral	-322	131	-19
Indústria de Transformação	-4.018	1.240	-4.049
Serviços Industriais de Utilidade Pública	-813	-497	3
Construção Civil	-7.442	3.772	-5.079
Comércio	103	-904	4.856
Serviços	-10.508	3.115	-1.136
Administração Pública	-2.882	135	-1.340
Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca	-5.626	-391	-5.944
<b>Total</b>	<b>-31.508</b>	<b>6.601</b>	<b>-12.708</b>

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2018.

Excetuando o saldo do último mês, os demais dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.

O saldo de empregos com carteira assinada também foi negativo para o país no quarto trimestre de 2017, com 255.605 postos a menos. Entretanto, vale ressaltar, nem todas as regiões eliminaram postos de trabalho no referido intervalo. O Nordeste, com surgimento líquido de 9.432 vagas formais, foi a única região em que se originou postos. O Sudeste, por sua vez, com supressão de 174.257 postos, a que mais eliminou. Das unidades da Federação, em 20 houve perda líquida de postos. No ranking nacional, do maior ao menor saldo, a Bahia, com decréscimo de 12.708 oportunidades ocupacionais, ficou na 21ª posição no trimestre, doze abaixo da verificada no trimestre anterior. Entre os estados nordestinos, apenas três obtiveram saldo negativo. A Bahia (-12.708 postos) exibiu o maior montante líquido de postos desativados da região, enquanto Alagoas (+17.476 postos) ficou com o melhor desempenho regional.

Quanto à distribuição intraestadual, no quarto trimestre deste ano, semelhantemente ao ocorrido um ano antes, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) e o interior contabilizaram o desaparecimento líquido de vagas (Tabela 2). Enquanto na RMS foram eliminados 870 empregos com registro em carteira, no interior houve uma supressão de 11.838 postos no trimestre mais atual – números, ainda assim, menos deteriorados que os do mesmo intervalo do ano anterior. Em relação ao trimestre imediatamente antecedente, quando oportunidades brotaram em ambas as áreas, a situação atual se mostrou, portanto, bem distinta.

Ao longo de 2017, a criação de empregos formais no interior (+10.316 postos) mais que compensou a perda constatada na RMS (-9.477 postos), realçando o protagonismo daquela região na geração líquida de vagas no estado e, ao mesmo tempo, indicando que o interior desenvolveu dinâmica própria. A área metropolitana se revelou, dessa forma, como entrave a um dinamismo mais contundente do mercado de trabalho formal em território baiano neste ano.

**Tabela 2**  
**Comportamento do mercado de trabalho celetista baiano entre RMS e interior, em termos de saldo, por trimestre – 4º tri. 2016/3º tri. 2017/4º tri. 2017**

Área geográfica	4º tri. 2016	3º tri. 2017	4º tri. 2017
Bahia	-31.508	6.601	-12.708
RMS	-13.065	1.877	-870
Interior	-18.443	4.724	-11.838

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2018.

A RMS engloba os municípios de Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz (Lei nº 13.468/2015).

O saldo negativo de 12.708 empregos formais na Bahia, observado no quarto trimestre, foi proveniente de 126.359 admissões e 139.067 desligamentos. Do terceiro ao quarto trimestre, as admissões recuaram e os desligamentos aumentaram – aquelas em 12,6% (18.224 admitidos a menos) e estas em 0,8% (1.085 desligados a mais). A queda das contratações somada ao aumento dos desligamentos ajudam a entender a ocorrência de um resultado negativo no trimestre mais recente. Dessa forma, parece que o obstáculo para uma sólida alavancagem do mercado de trabalho baiano se encontra mais relacionado com a dificuldade em se alocar e realocar do que com a de se manter em uma vaga – até porque o estoque de empregos ainda em níveis historicamente baixos termina por engessar os desligamentos involuntários e inibir os voluntários.

Conforme a Tabela 3, houve recuo em quase todas as formas de movimentação no mercado de trabalho baiano no quarto trimestre. No campo das admissões, o reemprego, tipo de contratação mais comum no referido mercado, reduziu 13,1% na comparação com o trimestre antecedente. Quanto aos desligamentos, a demissão sem justa causa, forma mais habitual de

findar uma relação empregatícia, apresentou decréscimo de 5,3%. No entanto, o resultado negativo do trimestre foi propiciado, principalmente, pelas quedas de 13,1% e 11,3%, nessa ordem, nas admissões por reemprego e nos contratos de trabalho por prazo determinado e pelas elevações de 29,0% e 28,1% nos termos de contrato por prazo determinado e nos desligamentos por término de contrato, respectivamente.

**Tabela 3**

**Comportamento do mercado de trabalho formal por tipo de movimentação no quadro de empregados, por trimestre – Bahia – 3º tri. 2017/4º tri. 2017**

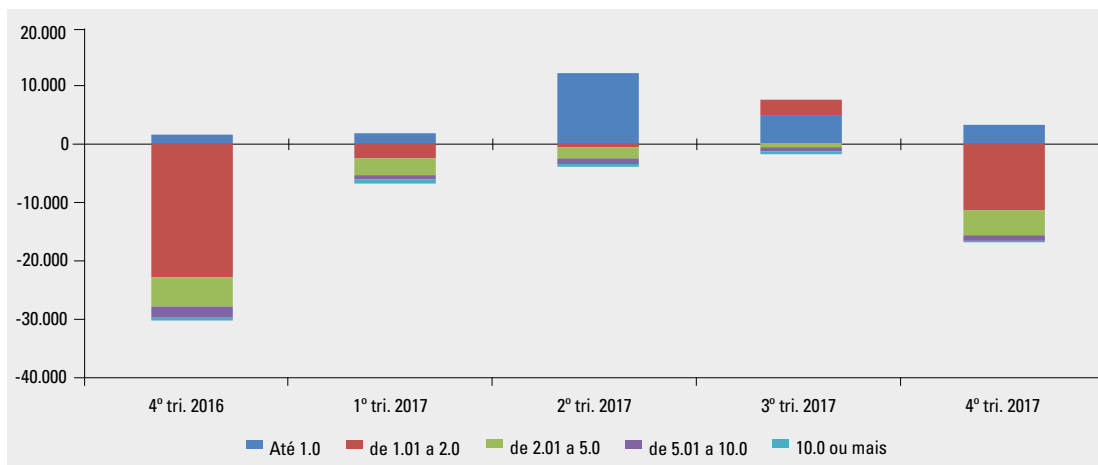
Tipo mov. desagregado	3º tri. 2017	4º tri. 2017	Varição
Admissão por Reemprego	116.876	101.608	-13,1%
Contrato Trabalho Prazo Determinado	14.355	12.733	-11,3%
Admissão por Primeiro Emprego	13.197	11.788	-10,7%
Admissão por Reintegração	155	230	48,4%
Admissão por Transferência	0	0	-
<b>Total de Admissões</b>	<b>144.583</b>	<b>126.359</b>	<b>-12,6%</b>
Desligamento por Transferência	0	0	-
Desligamento por Aposentadoria	184	128	-30,4%
Desligamento por Acordo Empregado e Empregador	0	295	-
Desligamento por Morte	508	436	-14,2%
Desligamento por Demissão com Justa Causa	1.074	1.035	-3,6%
Término Contrato Trabalho Prazo Determinado	4.434	5.721	29,0%
Desligamento a Pedido	15.867	14.865	-6,3%
Desligamento por Término de Contrato	20.517	26.288	28,1%
Desligamento por Demissão sem Justa Causa	95.398	90.299	-5,3%
<b>Total de Desligamentos</b>	<b>137.982</b>	<b>139.067</b>	<b>0,8%</b>
<b>Saldo (Admissões - Desligamentos)</b>	<b>6.601</b>	<b>-12.708</b>	<b>-</b>

No acumulado de outubro a dezembro de 2017, a captação líquida de trabalhadores ocorreu apenas para os postos que pagavam menos. Ou seja, o fechamento líquido de postos de trabalho atingiu quase todos os níveis de remuneração no último trimestre do ano, excetuando-se o dos que receberam até um salário mínimo (Gráfico 3). Por outro lado, pela primeira vez no ano e assim como no último trimestre de 2016, o maior corte líquido de vínculos ocorreu na faixa delimitada por um e dois salários mínimos – nos demais trimestres de 2017, na categoria de dois a cinco salários mínimos.

Do terceiro ao quarto trimestre deste ano, houve retrocesso em quase todas as camadas, já que o saldo somente não piorou na faixa acima de dez salários mínimos, ou seja, o estrato dos que receberam mais se deparou com uma perda líquida de postos menor. Nesse contexto, a categoria dos que receberam de um a dois salários mínimos foi a que mais recuou e o grupo dos que receberam menos, apesar da continuidade de ingresso líquido no mercado de trabalho, teve sua absorção comprimida.

Diferentemente do trimestre antecedente, quando a abertura líquida de postos de trabalho foi observada em dois níveis de remuneração, no trimestre mais recente voltou a acontecer em apenas um. A tática em disponibilizar oportunidades para as mais baixas remunerações, adotada pelas empresas como forma de evitar o avanço desmedido dos custos, parece ter sido continuada no quarto trimestre de 2017 – no entanto, agora, comparativamente ao terceiro trimestre, de maneira mais restritiva, já que limitada apenas àquela com remuneração de até um salário mínimo, conduta condizente com um panorama de retomada econômica gradual, mas sem tendências solidificadas.





**Gráfico 3**  
**Evolução trimestral do saldo de empregos formais por faixa de salário mínimo – Bahia – 4º tri. 2016-4º tri. 2017**

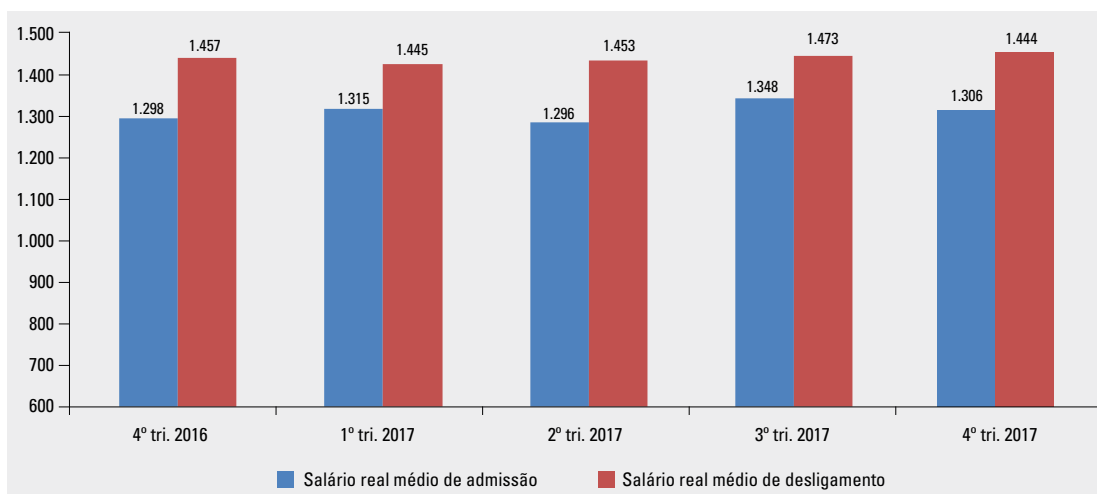
Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2018.

As informações trabalhadas não contemplam as declarações fora do prazo.

O salário real médio de admissão, na Bahia, chegou a R\$ 1.306 no quarto trimestre de 2017 – inferior em R\$ 169 em relação ao do país, que foi de R\$ 1.475. Trata-se do segundo menor valor do ano, acima apenas ao do segundo trimestre (R\$ 1.296). Em relação ao terceiro trimestre do ano, quando alcançou R\$ 1.348, houve recuo de 3,1%. Na comparação interanual, ocorreu uma ligeira alta de 0,7% – já que, à época, o valor havia sido de R\$ 1.298. A evolução trimestral deste importante indicador pode ser acompanhada pelo Gráfico 4.

No quarto trimestre deste ano, após aumento no período imediatamente anterior, a remuneração média dos trabalhadores admitidos voltou a recuar. O salário real médio de desligamento também regrediu – ficando, assim, abaixo do de um ano antes. A diferença entre o salário real médio dos desligados e admitidos, no quarto trimestre, aumentou comparativamente à do trimestre anterior e reduziu em relação à do mesmo trimestre de 2016. Enquanto no intervalo mais atual, o trabalhador admitido recebeu, em média, 90,5% do recebido pelo trabalhador desligado, no trimestre precedente e no último de 2016, esses percentuais foram de 91,5% e 89,1%, respectivamente – denotando, ao menos quanto ao mesmo trimestre do ano anterior, diminuição do preço de rotatividade da mão de obra na Bahia.



**Gráfico 4**  
**Salário real médio de admissão e de desligamento por trimestre – Bahia – 4º tri. 2016-4º tri. 2017**

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2018.

Dados deflacionados em relação a dezembro de 2017 pelo IPCA.

# MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA SEGUNDO A PNAD CONTÍNUA

No quarto trimestre de 2017, na Bahia, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), sintetizados na Tabela 4, a desocupação atingiu 15,0% da população na força de trabalho. O ano em questão, assim, encerrou com a menor taxa trimestral de desocupação desde o final de 2015 (12,2%) – e isso logo após os três maiores registros desde o início da pesquisa, em 2012. Entretanto, a média anual foi a maior já registrada na série, 17,0%. No contexto brasileiro, a desocupação foi de 11,8% no trimestre de encerramento de 2017, menor valor desde o verificado no segundo trimestre de 2016 (11,3%).

A referida taxa vem caindo a cada trimestre no território baiano após o auge no início do ano, fazendo dessa tendência declinante um alento diante do cenário vivenciado recentemente. Em 2017, do primeiro ao segundo trimestre e deste ao terceiro, quando passou de 18,6% para 17,5% e, em seguida, para 16,7%, a taxa havia diminuído 1,1 e 0,8 ponto percentual, respectivamente. Agora, comparativamente ao trimestre imediatamente anterior, a queda foi de 1,7 ponto percentual, o maior recuo já registrado entre trimestres consecutivos. Em relação ao mesmo intervalo do ano antecedente, quando o indicador foi estimado em 16,6%, também houve decréscimo, com o valor do último trimestre de 2017 ficando 1,6 ponto percentual abaixo.

A Bahia persistiu com uma taxa de desocupação superior às do Brasil (11,8%) e do Nordeste (13,8%) no quarto trimestre de 2017. A Região Nordeste, por sinal, permaneceu com a mais alta taxa entre as regiões brasileiras, ficando a Região Sul com a menor, 7,7%. Entre as unidades da Federação, a Bahia ficou com a quinta mais elevada. Enquanto isso, Amapá (18,8%) foi o estado com a maior taxa de desocupação no trimestre em análise e Santa Catarina (6,3%), aquele com a menor.

No trimestre analisado, a população ocupada foi estimada em 6,141 milhões, representando alta de 1,0% (+58 mil pessoas) em referência ao montante existente no mesmo período do ano anterior e de 2,8% (+166 mil) quando confrontada com a do trimestre imediatamente anterior. A população desocupada foi estimada em 1,083 milhão de indivíduos – redução de 9,5% frente à do terceiro trimestre e de 10,8% em relação à do mesmo trimestre de um ano antes. Em relação ao registrado há um ano, o montante de 131 mil pessoas a menos no contingente sem ocupação se deveu, de forma aproximada, à elevação de 58 mil postos de trabalho agregada aos 73 mil indivíduos que saíram da força de trabalho no período.

Considerando os grupamentos de atividade econômica, após um ano, o nível de emprego se reduziu enormemente nos setores de Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-11,7%); Construção (-8,4%); e Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (-8,1%); e, relativamente menos, no de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (-2,6%). Em compensação, a ocupação cresceu nos setores de Outros serviços (+25,9%); Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais (+14,6%); Alojamento e alimentação (+9,0%); Indústria geral (+5,7%); Transporte, armazenagem e correio (+5,5%); e Serviços domésticos (+3,5%).

Com base na PNADC, o rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas, no quarto trimestre de 2017, na Bahia, foi estimado em

R\$ 1.521 – não apenas o maior registro do ano como também de toda a série. Em relação ao quarto trimestre de 2016, quando o rendimento médio real estava em R\$ 1.376, houve avanço de 10,5%, e num comparativo com o valor do trimestre anterior, cujo valor estava em R\$ 1.381, ocorreu um aumento de 10,1%. A massa de rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas ocupadas, foi estimada em R\$ 9,0 bilhões – expansão de 12,8% frente à do trimestre imediatamente anterior, quando registrou R\$ 7,976 bilhões e de 11,6% num comparativo com a do mesmo trimestre do ano anterior, cujo valor havia sido de R\$ 8,066 bilhões.

**Tabela 4**

**Síntese das principais informações da PNAD Contínua – Bahia – 4º tri. 2016/3º tri. 2017/4º tri. 2017**

Indicador	Período			Variação	
	4º tri. 2016	3º tri. 2017	4º tri. 2017	4º tri. 2017/ 4º tri. 2016	4º tri. 2017/ 3º tri. 2017
Taxa de desocupação	16,6%	16,7%	15,0%	-1,6 p.p	-1,7 p.p
Nível da ocupação	49,8%	48,4%	50,0%	0,2 p.p.	1,6 p.p.
População ocupada	6.083 mil	5.975 mil	6.141 mil	1,0%	2,8%
População desocupada	1.214 mil	1.197 mil	1.083 mil	-10,8%	-9,5%
Rendimento médio real habitual	R\$ 1.376	R\$ 1.381	R\$ 1.521	10,5%	10,1%
Massa de rendimento (em milhões de reais)	R\$ 8.066	R\$ 7.976	R\$ 9.000	11,6%	12,8%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) – IBGE.

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2018.

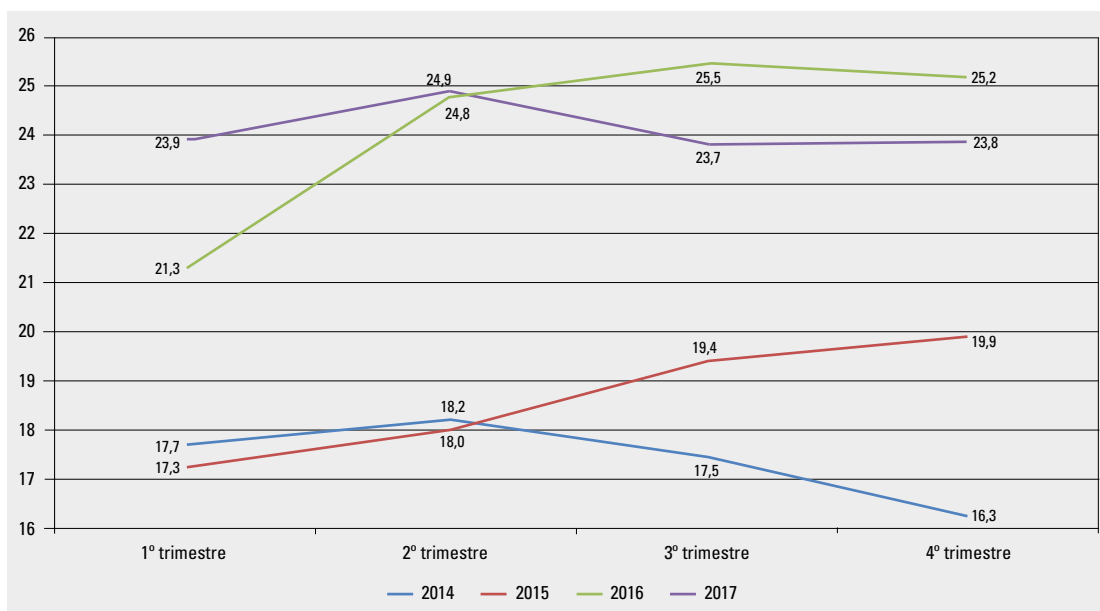
## MERCADO DE TRABALHO NA RMS SEGUNDO A PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO

De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador, a taxa de desemprego total no último trimestre de 2017 foi de 23,8%. Esse resultado mostra uma relativa estabilidade da taxa em relação ao terceiro trimestre (23,7%) e mantém, pelo segundo trimestre consecutivo, o indicador de desemprego em nível inferior ao observado no ano anterior (Gráfico 5). O número de pessoas desempregadas cresceu em relação ao período encerrado em setembro, embora seja menor que o encontrado um ano antes. A pesquisa mostra também crescimento do nível de ocupação e aumento da População Economicamente Ativa (PEA), tanto em relação ao trimestre imediatamente anterior quanto ao mesmo trimestre de 2016 (Tabela 1A, em apêndice).

A relativa estabilidade da taxa de desemprego em relação ao terceiro trimestre advém da combinação entre crescimento da ocupação, devido ao surgimento de 36 mil postos de trabalho (+2,5%), com aumento da PEA, pelo acréscimo de 50 mil trabalhadores ao contingente (mais 2,6%). Com isso, o número de pessoas na condição de desemprego chegou a 470 mil no último trimestre de 2017, 14 mil a mais que o calculado para o trimestre anterior.

Em relação ao mesmo trimestre de 2016, a taxa de desemprego total diminuiu (-5,6%) ao passar de 25,2% para 23,8%. Isso ocorreu devido ao fato do aumento da ocupação, com criação de 68 mil postos de trabalho (mais 4,7%), ter sido mais que suficiente para compensar o aumento de 54 mil trabalhadores na PEA (+2,8%). Isso fez com que o número de desempregados fosse reduzido em 14 mil pessoas (ou -2,9%).

Em que pese a relativa estabilidade da taxa de desemprego total entre o terceiro e o quarto trimestre de 2017, o desemprego aberto cresceu (de 16,7% para 17,2%, respectivamente) e a taxa de desemprego oculto diminuiu (de 6,9% para 6,5%). A evolução da taxa em 12 meses, por sua vez, advém tanto do comportamento do desemprego aberto, que evoluiu de 17,6%, em 2016, para 17,2% em 2017, quanto do desemprego oculto, que reduziu de 7,5% para 6,5% nesse intervalo (Tabela 2A, em apêndice).



**Gráfico 5**  
**Taxa trimestral de desemprego total – RMS – 2014-2017**

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

O nível de ocupação da RMS cresceu 2,5% entre o terceiro e o quarto trimestre de 2017, com o surgimento de 36 mil postos de trabalho. O número de trabalhadores cresceu no Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (mais 24 mil ou 8,2%), nos Serviços (mais 17 mil postos ou 1,8%) e na Indústria de transformação (5 mil ou 4,6%); e diminuiu na Construção (menos 15 mil ou -12,0%) (Tabela 3A, em apêndice).

Em relação ao quarto trimestre de 2016, houve crescimento da ocupação, com o surgimento de 68 mil posições de trabalho (+4,7%). Houve crescimento da ocupação no Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (mais 38 mil ou 13,7%), nos Serviços (24 mil a mais ou 2,6%) e na Indústria de transformação (mais 11 mil ou 10,7%). Na Construção houve redução do nível de ocupação (menos 5 mil postos ou -4,3%).

Quanto ao vínculo ou relação de trabalho, o crescimento da ocupação entre o terceiro e o quarto trimestre de 2017 se deveu aos aumentos nos contingentes de trabalhadores Autônomos (mais 29 mil postos ou 9,1%), Assalariados (mais 11 mil postos ou 1,2%) e no Emprego Doméstico (2 mil a mais ou 1,8%). Entre os Assalariados, houve estabilidade no trabalho assalariado no setor público e crescimento no setor privado (mais 10 mil ou 1,2%). No setor privado, ocorreu crescimento do emprego nas posições sem carteira assinada (mais 14 mil postos ou 16,5%) e redução entre os com carteira assinada (menos 4 mil empregos ou -0,6%) (Tabela 4A, em apêndice).

A análise em relação a dezembro de 2016 mostra que houve forte crescimento do trabalho Autônomo (68 mil postos a mais ou 24,3%), pequena oscilação no emprego Assalariado (mais

3 mil empregos ou 0,3%) e redução no Emprego doméstico (menos 12 mil ou -9,5%). Entre os assalariados, foram eliminadas 14 mil posições de trabalho no setor privado (-1,7%) e houve crescimento no setor público (mais 14 mil postos ou 11,6%). No setor privado, as perdas se deram nas posições com carteira assinada (menos 14 mil ou -1,9%) com os postos desprotegidos pela seguridade social ficando estáveis.

Os rendimentos médios reais dos ocupados e dos assalariados da RMS diminuíram em 8,2% e 4,0%, respectivamente, entre o terceiro e o quarto trimestre de 2017, passando a valer R\$ 1.372 para os ocupados e R\$ 1.493 para os assalariados. Nesse período, a massa de rendimentos dos ocupados diminuiu apenas em 6,0%, já que houve aumento do nível de ocupação (+2,5%). A massa de rendimentos dos assalariados reduziu 2,9% em razão da diminuição dos rendimentos médios, já que o nível de emprego cresceu 1,2% (Tabela 5A, em apêndice).

Entre o quarto trimestre de 2016 e o de 2017, o rendimento médio real diminuiu tanto para ocupados (-3,5%) quanto para os assalariados (-0,8%). Houve crescimento da massa de rendimentos dos ocupados (+1,1%) e redução na dos assalariados (-0,5%). No primeiro caso, devido ao aumento do nível de ocupação em 4,7% e, no caso dos assalariados, a diminuição da massa de rendimentos se deveu à redução do nível de rendimento real, já que a ocupação variou positivamente (+0,3%).

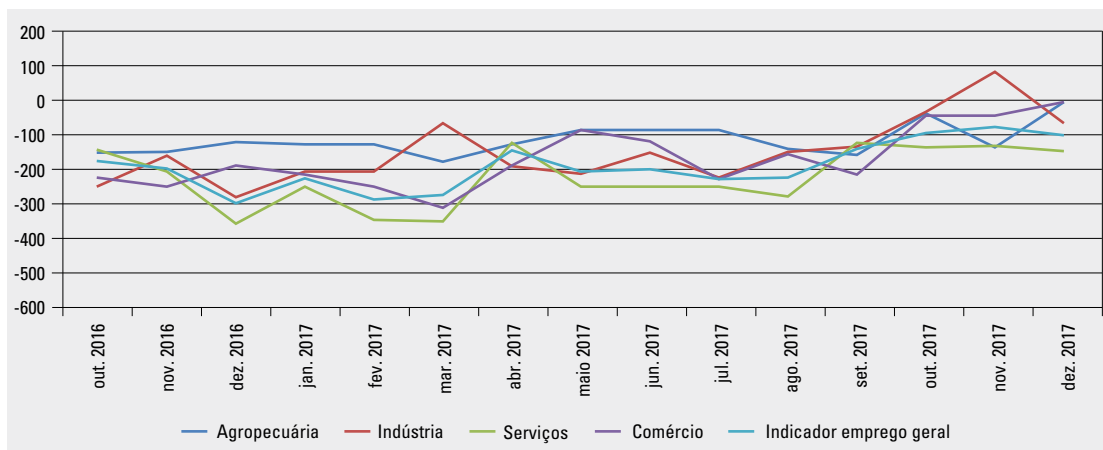
## PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO

### Expectativa dos empresários baianos para o emprego

A Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano sonda as expectativas empresariais sobre diversos temas, dentre os quais o entusiasmo quanto ao recrutamento futuro de novos trabalhadores. Construído a partir das respostas dos empresários baianos em relação aos planos de abrir, manter ou encerrar vagas, o Indicador de Expectativas para Emprego (IEE) tem sido negativo desde dezembro de 2013. O IEE, no entanto, com média de -88 pontos no quarto trimestre (outubro: -92 pontos; novembro: -74 pontos; e dezembro: -97 pontos), demonstrou avanço comparativamente aos demais trimestres anteriores, além de registrar o menor nível de pessimismo quanto ao emprego após fevereiro de 2014 – reforçando os indícios de retomada das contratações no curto prazo.

A diminuição do pessimismo quanto ao emprego, no entanto, não se deu de forma generalizada (Gráfico 6). Entre as atividades, em relação ao término do trimestre antecedente, o setor de Serviços indicou aumento. A Agropecuária, a Indústria e o Comércio, por outro lado, atenuaram o desânimo ao fim do trimestre mais recente. Nesse contexto, os setores de Agropecuária e de Comércio terminaram com os melhores dos indicadores e o de Serviços revelou as piores expectativas em relação às contratações futuras.





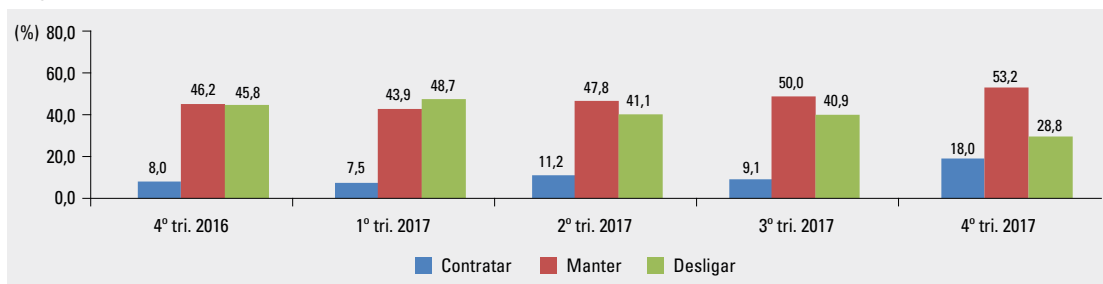
**Gráfico 6**

**Evolução do Indicador de Expectativas para Emprego por setor de atividade – Bahia – Out. 2016-dez. 2017**

Fonte: SEI/Dipeq/Copes, 2018.

Analisando-se o nível esperado de contratação para os 12 meses posteriores ao quarto trimestre de 2017, 53,2% dos empresários planejam manter a quantidade atual de trabalhadores; 28,8% dos entrevistados afirmaram que pretendem promover o desligamento de empregados; e apenas 18,0% cogitaram a possibilidade de contratar. Pontualmente, apesar de redução do hiato, a proporção de empresas com intenção em ampliar o quadro de pessoal ainda se encontra abaixo da proporção das que preveem enxugamento.

Num contexto temporal mais amplo, por outro lado, os sinais continuam a alimentar esperança. Conforme o Gráfico 7, o intento do setor produtivo baiano de reduzir o quadro de funcionários, após a interrupção do movimento de queda no primeiro trimestre, esmoreceu pela terceira vez seguida, na última de forma bastante considerável – atingindo estágio próximo ao de quase quatro anos atrás. Ademais, as perspectivas empresarias em manter o quadro de empregados completou três altas sucessivas. Em contrapartida, o fito de admitir, após recuo no trimestre imediatamente antecedente, voltou a avançar, exibindo um percentual de praticamente o dobro do anterior – reforçando a expectativa de que a recuperação do mercado de trabalho local seguirá seu curso.



**Gráfico 7**

**Percentual de respostas quanto ao quesito emprego por trimestre – Bahia – 4º tri. 2016-4º tri. 2017**

Fonte: SEI/Dipeq/Copes, 2018.

## Projeção do emprego formal

Segundo a projeção realizada pela SEI, o mercado de trabalho baiano retomará seu processo de recuperação no primeiro trimestre de 2018, com geração prevista de 3.954 postos. Dessa maneira, se tal expectativa se confirmar, o saldo de empregos com carteira assinada na Bahia,

no trimestre em questão, representará o melhor resultado para o período desde o observado em 2014. Até porque, nos três anos imediatamente anteriores, houve perda líquida de vínculos de trabalho com carteira assinada nos primeiros trimestres: de 5.835, de 11.579 e de 4.449 postos em 2015, 2016 e 2017, respectivamente. Entretanto, caso efetivado, tal resultado ainda estaria muito aquém daqueles registrados para o mesmo trimestre de 2006 a 2014.

A geração líquida de empregos com carteira assinada esperada para o primeiro trimestre de 2018 deverá ser influenciada, principalmente, pelo comportamento dos setores de Agropecuária (+2.357 postos), Administração Pública (1.346 empregos celetistas) Construção Civil (+1.146 oportunidades) e Serviços (+981 postos). Por outro lado, a expectativa de saldo negativo recai unicamente sobre o setor de Comércio (-3.301 postos). As demais projeções podem ser visualizadas na tabela abaixo.

**Tabela 5**  
**Projeção do saldo de empregos formais por setor de atividade econômica – Bahia – 1º tri. 2018**

Setor de atividade econômica	Saldo projetado
Extrativa Mineral	171
Indústria de Transformação	793
Serviços Industriais de Utilidade Pública	461
Construção Civil	1.146
Comércio	-3.301
Serviços	981
Administração Pública	1.346
Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca	2.357
<b>Total</b>	<b>3.954</b>

Fonte: SEI/Dipeq/Copes, 2018.

A projeção feita pela SEI para os próximos três meses, geração líquida de 3.954 vínculos formais, mesmo abaixo dos saldos obtidos na era pré-crise, representa um alento perante o que se enfrentou recentemente e um impulso para a continuidade da retomada do emprego na Bahia. Por sua vez, os últimos dados de fluxos do Caged e das informações provenientes da PNADC e da PEDRMS permitem manter o sentimento de que o pior ficou para trás. Além do mais, mesmo com os níveis de confiança do empresariado local ainda baixos, o pessimismo se mostra cada vez menor. Por fim, mesmo que não muitos, os vestígios de retorno da vitalidade do mercado de trabalho baiano continuam postos.

# APÊNDICE

**Tabela 1A**  
Estimativas da População Total e Economicamente Ativa e dos Inativos Maiores de 10 Anos, Taxas Globais de Participação e de Desemprego Total  
Região Metropolitana de Salvador – 2010-2017

Trimestres	População economicamente ativa						Inativos maiores de 10 anos		Taxas (%)		População Total (1)	
	Total		Ocupados		Desempregados		Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Participação (pea/pia)		Desemprego total (des/pea)
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)						
1º tri. 2010	1.722	115,0	1.379	125,5	343	86,2	128,0	58,4	19,9	3.424		
2º tri. 2010	1.724	115,2	1.436	130,7	288	72,4	129,2	58,2	16,7	3.436		
3º tri. 2010	1.728	115,4	1.448	131,8	280	70,4	130,1	58,1	16,2	3.447		
4º tri. 2010	1.745	116,6	1.504	136,9	241	60,6	129,7	58,4	13,8	3.459		
1º tri. 2011	1.687	112,7	1.422	129,4	265	66,6	137,3	56,2	15,7	3.470		
2º tri. 2011	1.683	112,4	1.422	129,4	261	65,6	139,1	55,8	15,5	3.482		
3º tri. 2011	1.727	115,4	1.454	132,3	273	68,6	135,9	57,0	15,8	3.494		
4º tri. 2011	1.722	115,0	1.479	134,6	243	61,1	137,8	56,6	14,1	3.505		
1º tri. 2012	1.788	119,4	1.479	134,6	309	77,6	132,4	58,5	17,3	3.517		
2º tri. 2012	1.824	121,8	1.498	136,3	326	81,9	130,2	59,4	17,9	3.529		
3º tri. 2012	1.884	125,9	1.526	138,9	358	89,9	125,3	61,1	19,0	3.541		
4º tri. 2012	1.865	124,6	1.555	141,5	310	77,9	128,7	60,2	16,6	3.553		
1º tri. 2013	1.873	125,1	1.504	136,9	369	92,7	129,3	60,2	19,7	3.565		
2º tri. 2013	1.822	121,7	1.474	134,1	348	87,4	136,1	58,3	19,1	3.577		
3º tri. 2013	1.893	126,5	1.556	141,6	337	84,7	130,2	60,3	17,8	3.589		
4º tri. 2013	1.864	124,5	1.549	140,9	315	79,1	134,7	59,1	16,9	3.601		
1º tri. 2014	1.882	125,7	1.549	140,9	333	83,7	134,2	59,4	17,7	3.613		
2º tri. 2014	1.881	125,7	1.539	140,0	342	85,9	135,9	59,1	18,2	3.625		
3º tri. 2014	1.857	124,0	1.532	139,4	325	81,7	139,9	58,1	17,5	3.637		
4º tri. 2014	1.869	124,8	1.564	142,3	305	76,6	140,1	58,2	16,3	3.649		
1º tri. 2015	1.845	123,2	1.526	138,9	319	80,2	144,2	57,2	17,3	3.662		
2º tri. 2015	1.828	122,1	1.499	136,4	329	82,7	147,5	56,4	18,0	3.674		
3º tri. 2015	1.826	122,0	1.472	133,9	354	88,9	149,2	56,1	19,4	3.686		
4º tri. 2015	1.893	126,5	1.516	137,9	377	94,7	143,6	57,9	19,9	3.699		
1º tri. 2016	1.852	123,7	1.457	132,6	395	99,2	149,5	56,4	21,3	3.711		
2º tri. 2016	1.874	125,2	1.409	128,2	465	116,8	148,7	56,8	24,8	3.724		
3º tri. 2016	1.932	129,1	1.439	130,9	493	123,9	144,3	58,3	25,5	3.736		
4º tri. 2016	1.921	128,3	1.437	130,8	484	121,6	147,0	57,7	25,2	3.749		
1º tri. 2017	1.933	129,1	1.471	133,8	462	116,1	147,3	57,8	23,9	3.761		
2º tri. 2017	1.932	129,1	1.451	132,0	481	120,9	149,1	57,5	24,9	3.774		
3º tri. 2017	1.925	128,6	1.469	133,7	456	114,6	151,6	57,0	23,7	3.786		
4º Trimestre	1.975	131,9	1.505	136,9	470	118,1	148,0	58,2	23,8	3.799		
Variação (%)												
4º tri. 2017/3º tri. 2017		2,6		2,5		3,1	-2,3	2,1	0,4	0,3		
Variação (%)												
4º tri. 2017/4º tri. 2016		2,8		4,7		-2,9	0,7	0,9	-5,6	1,3		

Fonte: PEDRIMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

(1) Em 1000 pessoas.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Nota: Projeções populacionais ajustadas com base no Censo de 2010. Ver nota técnica nº 8.

**Tabela 2A****Taxas de desemprego, por tipo de desemprego – Região Metropolitana de Salvador – 2010-2017****Em porcentagem**

Trimestres	Total	Aberto	Oculto		
			Total	Precário	Desalento
1º tri. 2010	19,9	12,4	7,5	5,0	2,5
2º tri. 2010	16,7	11,3	5,3	3,8	1,6
3º tri. 2010	16,2	10,7	5,5	3,7	1,8
4º tri. 2010	13,8	9,8	4,0	2,8	(1)
1º tri. 2011	15,7	10,0	5,7	3,6	2,0
2º tri. 2011	15,5	10,4	5,1	3,6	1,5
3º tri. 2011	15,8	11,3	4,5	3,3	(1)
4º tri. 2011	14,1	9,8	4,3	3,2	(1)
1º tri. 2012	17,3	11,7	5,6	4,3	1,3
2º tri. 2012	17,9	12,2	5,7	4,2	1,5
3º tri. 2012	19,0	13,1	5,9	4,6	1,3
4º tri. 2012	16,6	11,4	5,2	4,3	(1)
1º tri. 2013	19,7	13,4	6,3	5,0	1,3
2º tri. 2013	19,1	14,1	5,0	3,9	(1)
3º tri. 2013	17,8	12,8	5,0	4,0	(1)
4º tri. 2013	16,9	12,4	4,5	3,7	(1)
1º tri. 2014	17,7	12,8	4,9	4,2	(1)
2º tri. 2014	18,2	13,3	4,8	4,2	(1)
3º tri. 2014	17,5	12,8	4,7	3,9	(1)
4º tri. 2014	16,3	11,3	5,0	4,3	(1)
1º tri. 2015	17,3	12,3	5,1	4,4	(1)
2º tri. 2015	18,0	13,8	4,2	3,6	(1)
3º tri. 2015	19,4	14,2	5,2	4,6	(1)
4º tri. 2015	19,9	14,3	5,6	4,9	(1)
1º tri. 2016	21,3	15,2	6,1	5,5	(1)
2º tri. 2016	24,8	17,8	7,0	6,4	(1)
3º tri. 2016	25,5	18,0	7,5	6,5	(1)
4º tri. 2016	25,2	17,6	7,5	6,6	(1)
1º tri. 2017	23,9	16,5	7,5	6,7	(1)
2º tri. 2017	23,9	16,5	7,5	6,7	(1)
3º tri. 2017	23,7	16,7	6,9	6,4	(1)
4º Trimestre	23,8	17,2	6,5	5,9	(1)
Variação (%) 4º tri. 2017/ 3º tri. 2017	0,4	3,0	-5,8	-7,8	-
Variação (%) 4º tri. 2017/ 4º tri. 2016	-5,6	-2,3	-13,3	-10,6	-

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT).

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Trimestres	Estimativas e índices do nível de ocupação, por setor de atividade									
	Total (1)		Indústria de transformação (2)		Construção (3)		Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)		Serviços (5)	
	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)
1º tri. 2011	1.422	98,6	128	98,5	129	97,0	262	95,3	865	100,1
2º tri. 2011	1.422	98,6	132	101,5	127	95,5	262	95,3	855	99,0
3º tri. 2011	1.454	100,8	124	95,4	134	100,8	286	104,0	874	101,2
4º tri. 2011	1.479	102,6	136	104,6	141	106,0	293	106,5	871	100,8
1º tri. 2012	1.479	102,6	123	94,6	146	109,8	282	102,5	884	102,3
2º tri. 2012	1.498	103,9	135	103,8	147	110,5	288	104,7	888	102,8
3º tri. 2012	1.526	105,8	131	100,8	134	100,8	291	105,8	926	107,2
4º tri. 2012	1.555	107,8	137	105,4	149	112,0	295	107,3	935	108,2
1º tri. 2013	1.504	104,3	123	94,6	138	103,8	308	112,0	890	103,0
2º tri. 2013	1.474	102,2	131	100,8	139	104,5	273	99,3	889	102,9
3º tri. 2013	1.556	107,9	129	99,2	146	109,8	303	110,2	935	108,2
4º tri. 2013	1.549	107,4	136	104,6	156	117,3	301	109,5	917	106,1
1º tri. 2014	1.549	107,4	124	95,4	158	118,8	308	112,0	925	107,1
2º tri. 2014	1.539	106,7	134	103,1	155	116,5	299	108,7	914	105,8
3º tri. 2014	1.532	106,2	121	93,1	150	112,8	280	101,8	945	109,4
4º tri. 2014	1.564	108,5	124	95,4	152	114,3	311	113,1	945	109,4
1º tri. 2015	1.526	105,8	137	105,4	130	97,7	285	103,6	948	109,7
2º tri. 2015	1.499	104,0	129	99,2	121	91,0	297	108,0	922	106,7
3º tri. 2015	1.472	102,1	113	86,9	125	94,0	290	105,5	919	106,4
4º tri. 2015	1.516	105,1	112	86,2	126	94,7	279	101,5	972	112,5
1º tri. 2016	1.457	101,0	109	83,8	122	91,7	278	101,1	921	106,6
2º tri. 2016	1.409	97,7	104	80,0	107	80,5	278	101,1	893	103,4
3º tri. 2016	1.439	99,8	114	87,7	108	81,2	288	104,7	899	104,1
4º tri. 2016	1.437	99,7	103	79,2	115	86,5	277	100,7	914	105,8
1º tri. 2017	1.471	102,0	109	83,8	99	74,4	290	105,5	946	109,5
2º tri. 2017	1.451	100,6	99	76,2	110	82,7	268	97,5	946	109,5
3º tri. 2017	1.469	101,9	109	83,8	125	94,0	291	105,8	921	106,6
4º Trimestre	1.505	104,4	114	87,7	110	82,7	315	114,5	938	108,6
Variação (%)										
4º tri. 2017/3º tri. 2017		2,5		4,6		-12,0		8,2		1,8
Variação (%)										
4º tri. 2017/4º tri. 2016		4,7		10,7		-4,3		13,7		2,6

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

(1) Dados não disponíveis. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.

(2) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar.

(6) Em 1.000 pessoas.

(7) Base: média de 2011 = 100.

Nota: A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010. Vide nota técnica nº 01/2012.



Tabela 4A - Estimativas e Índices do Nível de Ocupação, por Posição na Ocupação – Região Metropolitana de Salvador – 2010-2017

Trimestres	Total (1)		Assalariados (2)										Autônomos				Empregados domésticos	
			Total			Setor privado				Setor público (3)								
						Com carteira assinada		Sem carteira assinada										
	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)		
1º tri. 2010	1.379	125,5	923	140,5	740	148,9	610	167,6	130	97,7	183	114,4	284	115,0	101	87,8		
2º tri. 2010	1.436	130,7	965	146,9	764	153,7	648	178,0	116	87,2	201	125,6	279	113,0	108	93,9		
3º tri. 2010	1.448	131,8	972	147,9	760	152,9	630	173,1	130	97,7	210	131,3	294	119,0	109	94,8		
4º tri. 2010	1.504	136,9	1.009	153,6	800	161,0	669	183,8	131	98,5	208	130,0	314	127,1	104	90,4		
1º tri. 2011	1.422	129,4	947	144,1	762	153,3	644	176,9	118	88,7	183	114,4	299	121,1	112	97,4		
2º tri. 2011	1.422	129,4	974	148,2	799	160,8	685	188,2	114	85,7	173	108,1	282	114,2	112	97,4		
3º tri. 2011	1.454	132,3	960	146,1	795	160,0	680	186,8	115	86,5	164	102,5	314	127,1	124	107,8		
4º tri. 2011	1.479	134,6	979	149,0	828	166,6	707	194,2	121	91,0	151	94,4	308	124,7	127	110,4		
1º tri. 2012	1.479	134,6	991	150,8	834	167,8	711	195,3	123	92,5	154	96,3	305	123,5	129	112,2		
2º tri. 2012	1.498	136,3	1.014	154,3	870	175,1	750	206,0	120	90,2	142	88,8	304	123,1	127	110,4		
3º tri. 2012	1.526	138,9	1.016	154,6	862	173,4	732	201,1	130	97,7	154	96,3	325	131,6	125	108,7		
4º tri. 2012	1.555	141,5	1.064	161,9	900	181,1	774	212,6	126	94,7	165	103,1	306	123,9	123	107,0		
1º tri. 2013	1.504	136,9	1.023	155,7	880	177,1	761	209,1	119	89,5	141	88,1	298	120,6	123	107,0		
2º tri. 2013	1.474	134,1	996	151,6	859	172,8	746	204,9	113	85,0	137	85,6	307	124,3	124	107,8		
3º tri. 2013	1.556	141,6	1.046	159,2	896	180,3	767	210,7	129	97,0	148	92,5	322	130,4	123	107,0		
4º tri. 2013	1.549	140,9	1.061	161,5	907	182,5	795	218,4	112	84,2	155	96,9	296	119,8	124	107,8		
1º tri. 2014	1.549	140,9	1.063	161,8	923	185,7	793	217,9	130	97,7	141	88,1	290	117,4	129	112,2		
2º tri. 2014	1.539	140,0	1.065	162,1	917	184,5	805	221,2	112	84,2	148	92,5	282	114,2	119	103,5		
3º tri. 2014	1.532	139,4	1.040	158,3	887	178,5	778	213,7	109	82,0	152	95,0	296	119,8	132	114,8		
4º tri. 2014	1.564	142,3	1.074	163,5	929	186,9	816	224,2	113	85,0	145	90,6	296	119,8	127	110,4		
1º tri. 2015	1.526	138,9	1.067	162,4	914	183,9	812	223,1	102	76,7	153	95,6	278	112,6	114	99,1		
2º tri. 2015	1.499	136,4	1.027	156,3	878	176,7	787	216,2	91	68,4	148	92,5	268	108,5	118	102,6		
3º tri. 2015	1.472	133,9	998	151,9	864	173,8	755	207,4	109	82,0	132	82,5	287	116,2	116	100,9		
4º tri. 2015	1.516	137,9	1.052	160,1	892	179,5	781	214,6	111	83,5	161	100,6	273	110,5	121	105,2		
1º tri. 2016	1.457	132,6	1.002	152,5	877	176,5	784	215,4	93	69,9	125	78,1	267	108,1	115	100,0		
2º tri. 2016	1.409	128,2	958	145,8	829	166,8	730	200,5	99	74,4	128	80,0	255	103,2	118	102,6		
3º tri. 2016	1.439	130,9	979	149,0	839	168,8	740	203,3	99	74,4	140	87,5	273	110,5	114	99,1		
4º tri. 2016	1.437	130,8	954	145,2	835	168,0	736	202,2	99	74,4	121	75,6	280	113,4	126	109,6		
1º tri. 2017	1.471	133,8	974	148,2	847	170,4	741	203,6	106	79,7	127	79,4	287	116,2	116	100,9		
2º tri. 2017	1.451	132,0	952	144,9	821	165,2	730	200,5	91	68,4	129	80,6	305	123,5	118	102,6		
3º tri. 2017	1.469	133,7	946	144,0	811	163,2	726	199,5	85	63,9	135	84,4	319	129,1	112	97,4		
4º Trimestre	1.505	136,9	957	145,7	821	165,2	722	198,4	99	74,4	135	84,4	348	140,9	114	99,1		
Variação (%) 4º tri. /3º tri. 2017	2,5	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	-0,6	16,5	0,0	0,0	9,1	11,6	24,3	9,1	1,8	-9,5		
Variação (%) 4º tri. 2017/ 4º tri. 2016	4,7	0,3	-1,7	-1,9	0,0	0,0	-1,9	0,0	0,0	0,0	11,6	24,3	9,1	11,6	24,3	-9,5		

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.  
(1) Incluem empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.  
(2) Excluem os empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.  
(3) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).  
(4) Em 1000 pessoas.  
(5) Base: média de 2000 = 100.

**Tabela 5A**

**Índices Trimestrais do Emprego, do Rendimento Médio Real e da Massa de Rendimentos Reais dos Ocupados e dos Assalariados (1) – Região Metropolitana de Salvador – 2010-2017**

Base: média de 2000 = 100

Trimestres	Ocupados (2)			Assalariados (3)		
	Emprego	Rendimento médio real	Massa de rendimentos reais	Emprego	Salário médio real	Massa salarial real
1º tri. 2010	125,5	109,8	137,7	140,5	108,2	152,0
2º tri. 2010	130,7	111,0	145,0	146,9	108,2	158,9
3º tri. 2010	131,8	111,6	147,0	147,9	109,1	161,4
4º tri. 2010	136,9	110,7	151,5	153,6	108,8	167,1
1º tri. 2011	129,4	102,4	132,5	144,1	101,1	145,8
2º tri. 2011	129,4	104,1	134,7	148,2	103,6	153,7
3º tri. 2011	132,3	95,3	126,1	146,1	94,4	138,0
4º tri. 2011	134,6	96,7	130,2	149,0	96,8	144,3
1º tri. 2012	134,6	97,7	131,5	150,8	97,4	146,9
2º tri. 2012	136,3	96,2	131,1	154,3	95,0	146,6
3º tri. 2012	138,9	97,4	135,3	154,6	96,3	148,9
4º tri. 2012	141,5	98,9	140,0	161,9	97,7	158,2
1º tri. 2013	136,9	96,9	132,6	155,7	95,8	149,2
2º tri. 2013	134,1	100,7	135,1	151,6	100,2	152,0
3º tri. 2013	141,6	100,0	141,6	159,2	98,7	157,2
4º tri. 2013	140,9	105,1	148,1	161,5	101,4	163,8
1º tri. 2014	140,9	101,7	143,4	161,8	99,0	160,1
2º tri. 2014	140,0	102,7	143,7	162,1	100,8	163,4
3º tri. 2014	139,4	102,6	143,0	158,3	100,0	158,3
4º tri. 2014	142,3	104,9	149,2	163,5	101,8	166,4
1º tri. 2015	138,9	102,5	142,3	162,4	98,0	159,2
2º tri. 2015	136,4	99,2	135,2	156,3	95,4	149,1
3º tri. 2015	133,9	95,6	128,0	151,9	93,7	142,3
4º tri. 2015	137,9	96,4	132,9	160,1	92,6	148,3
1º tri. 2016	132,6	90,7	120,3	152,5	86,9	132,5
2º tri. 2016	128,2	90,5	116,0	145,8	87,5	127,6
3º tri. 2016	130,9	92,8	121,5	149,0	89,9	134,0
4º tri. 2016	130,8	91,6	119,7	145,2	87,6	127,2
1º tri. 2017	133,8	97,9	131,0	148,2	92,3	136,9
2º tri. 2017	132,0	99,5	131,4	144,9	95,3	138,1
3º tri. 2017	133,7	96,3	128,7	144,0	90,5	130,4
4º Trimestre	136,9	88,4	121,0	145,7	86,9	126,6
Variação (%) 4º tri. 2017/ 3º tri. 2017	2,5	-8,2	-6,0	1,2	-4,0	-2,9
Variação (%) 4º tri. 2017/ 4º tri. 2016	4,7	-3,5	1,1	0,3	-0,8	-0,5

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

(1) Inflator utilizado: IPC - SEI.

(2) Incluem os ocupados que não tiveram remuneração no mês e excluem os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Incluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

# NOTAS METODOLÓGICAS

## PESQUISA DE CONFIANÇA DO EMPRESARIADO BAIANO

A fim de monitorar o nível de confiança do setor produtivo do estado mensalmente, a Pesquisa de Confiança do Empresário Baiano efetua a produção contínua e sistemática de indicadores. O principal deles é o ICEB, Indicador de Confiança do Empresariado Baiano.

Realizada diretamente com federações, associações e sindicatos patronais representativos dos segmentos empresariais do Estado, a técnica de coleta utiliza um questionário com doze perguntas de cunho qualitativo e que versam sobre temas relacionados ao contexto macroeconômico (Inflação, Juros, PIB Nacional e PIB Estadual) e ao desempenho das empresas (Vendas, Crédito, Câmbio, Capacidade Produtiva, Situação Financeira, Emprego, Exportação e Abertura de Unidades).

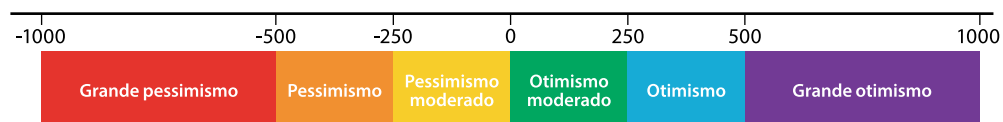
Fruto de uma amostragem não-probabilística intencional, a Pesquisa conta, atualmente, com mais de cem entidades representativas dos setores produtivos do estado. A cobertura setorial da Pesquisa abrange quatro setores: Agropecuária; Indústria; Serviços; e Comércio.

Para chegar ao indicador geral é necessário, primeiramente, mensurar as respostas qualitativas do questionário. Atribui-se valor 1.000 para a resposta mais otimista; 500 para a resposta confiante; zero para a intermediária; -500 para aquela não confiante; e -1.000 para a mais pessimista. Desta maneira, é possível calcular indicadores por questão, tema e setor, sendo o ICEB fruto de uma média dos indicadores de confiança setoriais ponderados pelo valor adicionado de cada atividade no PIB.

O valor do ICEB e dos demais indicadores podem variar de -1.000 a 1.000. Dentro desse intervalo, quanto mais próximo de -1.000, maior o pessimismo associado. Em sentido contrário, mais perto de 1.000, maior o otimismo. O zero pode ser interpretado como ponto de indiferença.

Para efeitos ilustrativos, a Pesquisa trabalha com uma escala de grau de otimismo dividida em intervalos, a qual possibilita classificar o resultado conforme seu enquadramento: *Grande Pessimismo*, de -1.000 a -500; *Pessimismo*, de -500 a -250; *Pessimismo Moderado*, de -250 a zero; *Otimismo Moderado*, de zero a 250; *Otimismo*, de 250 a 500; e *Grande Otimismo*, de 500 a 1.000. Os valores de fronteira pertencem à zona imediatamente anterior, com o zero como ponto de orientação.

### Escala do ICEB



## PROJEÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

As projeções do mercado de trabalho formal são construídas com base na metodologia de séries temporais. As estimativas são feitas para o número de admitidos e de desligados de cada um dos oito setores de atividade econômica. O saldo previsto para cada segmento será a diferença entre as admissões e os desligamentos projetados. O saldo geral, enfim, será o somatório dos saldos supostos para cada atividade.

O tratamento dado a determinado setor no processo de previsão depende de o mesmo ser considerado de menor ou maior impacto na dinâmica do mercado de trabalho local. O grupo de menor influência incorpora as atividades de Extrativa Mineral, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Administração Pública. O de maior peso engloba Indústria de Transformação, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária.

As séries do número de admissões e de desligamentos do setor, obtidas pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), são incluídas no procedimento de projeção independentemente do peso do segmento. O uso de variáveis explicativas, no entanto, somente ocorre para aquelas atividades apontadas como de maior impacto.

Para conceber tais previsões são utilizados o algoritmo de alisamento exponencial de Holt-Winters e a metodologia de Box-Jenkins com os modelos sazonais auto regressivos integrados de médias móveis (SARIMA) e sua extensão (SARIMAX). A adoção do modelo SARIMAX é para permitir a inclusão de variáveis explicativas.

